

SS 5445**Processo Eletrônico** **Público**

Número Único: 0110431-17.2020.1.00.0000

SUSPENSÃO DE SEGURANÇA

Origem: AM - AMAZONAS

Relator: MINISTRO PRESIDENTE

Redator do acórdão:

REQTE.(S) ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS
ADV.(A/S) PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS
REQDO. RELATOR DO MS Nº 4008207-34.2020.8.04.0000 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
(A/S) AMAZONAS
ADV.(A/S) SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Informações

Assunto:

DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO | Controle de Constitucionalidade | Processo Legislativo

Procedência**Data de Protocolo:****09/12/2020****Órgão de Origem:**

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Origem:

AMAZONAS

Número de Origem:

5445, 40082073420208040000, 01104311720201000000

Partes

REQTE.(S)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS

ADV.(A/S)

PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS

REQDO.(A/S)

RELATOR DO MS Nº 4008207-34.2020.8.04.0000 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

ADV.(A/S)

SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

INTDO.(A/S)

ALESSANDRA CAMPELO DA SILVA E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S)

MARIO AUGUSTO MARQUES DA COSTA (1946/AM)

Andamentos

09/12/2020**Certidão**

Certifico a elaboração de 1 ofício(s) eletrônico(s). Despacho de 9.12.2020.

09/12/2020**Liminar deferida**

PRESIDÊNCIA

Ex positis, DEFIRO o pedido de medida liminar, com fundamento no art. 4º, § 7º, da Lei 8.437/92, para sustar os efeitos da decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 4008207-34.2020.8.04.0000 em curso perante Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, a fim de que sejam restabelecidas a vigência da Emenda Constitucional n. 121/2020 à Constituição do Estado de Amazonas e a validade da sessão legislativa ocorrida no dia 3/12/2020 na Assembleia Legislativa do Amazonas, até ulterior decisão no presente feito. Comunique-se o teor desta decisão ao Tribunal de Justiça do Amazonas. Intimem-se os impetrantes do mandado de segurança de origem, para que se manifestem sobre o presente pedido de suspensão (Lei 8.437/92 art. 4º, §2º). Após, à Procuradoria-Geral da República, para manifestação. Publique-se. Int. Brasília, 9 de dezembro de 2020.

09/12/2020**Conclusos à Presidência****09/12/2020****Petição**

Aditamento à inicial - Petição: 104943 Data: 09/12/2020, às 09:57:20

09/12/2020
Conclusos à Presidência

09/12/2020
Registrado à Presidência

09/12/2020
Autuado

09/12/2020
Protocolado
Petição Inicial (nº 104423) recebida em 07/12/2020, às 17:00:11

Decisões

09/12/2020
Liminar deferida
PRESIDÊNCIA

Ex positis, DEFIRO o pedido de medida liminar, com fundamento no art. 4º, § 7º, da Lei 8.437/92, para sustar os efeitos da decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 4008207-34.2020.8.04.0000 em curso perante Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, a fim de que sejam restabelecidas a vigência da Emenda Constitucional n. 121/2020 à Constituição do Estado de Amazonas e a validade da sessão legislativa ocorrida no dia 3/12/2020 na Assembleia Legislativa do Amazonas, até ulterior decisão no presente feito. Comunique-se o teor desta decisão ao Tribunal de Justiça do Amazonas. Intimem-se os impetrantes do mandado de segurança de origem, para que se manifestem sobre o presente pedido de suspensão (Lei 8.437/92 art. 4º, §2º). Após, à Procuradoria-Geral da República, para manifestação. Publique-se. Int. Brasília, 9 de dezembro de 2020.

Sessão virtual

Deslocamentos

PROCESSOS ORIGINÁRIOS CÍVEIS

Guia 13849/2020
Recebido em 09/12/2020

Enviado por COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS em 09/12/2020

COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS

Guia 9804/2020
Recebido em 09/12/2020

Enviado por PROCESSOS ORIGINÁRIOS CÍVEIS em 09/12/2020

PROCESSOS ORIGINÁRIOS CÍVEIS

Recebido em 09/12/2020

PRESIDÊNCIA

Enviado por AUTUAÇÃO, ANÁLISE DE PREVENÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ORIGINÁRIOS CÍVEIS em 09/12/2020

Guia 2441/2020

AUTUAÇÃO, ANÁLISE DE PREVENÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ORIGINÁRIOS CÍVEIS

Recebido em 09/12/2020

Guia 2424337/2020

Enviado por DIVERSOS em 09/12/2020

Recebido em 09/12/2020

Petições

104943/2020 Peticionado em 09/12/2020

Recebido em 09/12/2020 09:57:24 por PROCESSOS ORIGINÁRIOS CÍVEIS

104423/2020 Peticionado em 07/12/2020

Recebido em 07/12/2020 17:00:15 por AUTUAÇÃO, ANÁLISE DE PREVENÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ORIGINÁRIOS CÍVEIS

Recursos

Pautas